Demonstrações financeiras

Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE

31 de dezembro de 2019 e 2018 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 6° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE** Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Daniel de Araujo Peixoto Contador CRC-1BA025348/O-9

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	126	279
Contas a receber	4	1.056	-
Dividendos a receber	11	33.684	11.698
Impostos a recuperar		82	95
Total do ativo circulante		34.948	12.072
Não circulante			
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	12.500
Investimento	5	353.671	327.017
Total do ativo não circulante		353.671	339.517
Total do ativo	<u> </u>	388.619	351.589

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar		-	8
Impostos e contribuições a recolher		2	2
Dividendos a pagar	11	26.292	11.405
Total do passivo circulante		26.294	11.415
Patrimônio líquido			
Capital social	7	99.600	87.100
Reservas de lucros	7	103.472	75.363
Ajustes de avaliação patrimonial	7	159.253	165.211
Total do patrimônio líquido		362.325	327.674
Recursos destinados a aumento de capital	11	-	12.500
Total do patrimônio líquido e dos recursos destinados a			
aumento de capital		362.325	340.174
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u> </u>	388.619	351.589

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	8	(55)	(52)
Resultado com equivalência patrimonial	5	133.755 [°]	48.021
		133.700	47.969
Lucro operacional antes do resultado			
financeiro e dos impostos		133.700	47.969
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	9	10	63
Despesas financeiras	9	(4)	(13)
		6	50
Lucro antes do imposto de renda			
e da contribuição social		133.706	48.019
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	10	-	-
		-	-
Lucro líquido do exercício		133.706	48.019

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	133.706	48.019
Outros resultados abrangentes Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	133.706	48.019

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas	de lucros				Recursos	
	Notas	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulado	Total patrimônio líquido	destinados a aumento de capital	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		87.100	7.788	48.117	179.834	-	322.839	-	322.839
Realização da avaliação patrimonial	7.c	-	-	-	(14.623)	14.623	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	-	12.500	12.500
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	7.d	-	-	(31.779)	-	-	(31.779)	-	(31.779)
Lucro líquido do exercício	7.b	-	-	-	-	48.019	48.019	-	48.019
Constituição de reserva legal	7.d	-	2.401	-	-	(2.401)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	7.d	-	-	-	-	(11.405)	(11.405)	-	(11.405)
Reserva de dividendos complementares	7.d	-	-	48.836	-	(48.836)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	87.100	10.189	65.174	165.211	-	327.674	12.500	340.174
Aumento de capital ocorrido no exercício	7.a	12.500	-	-	-	-	12.500	(12.500)	-
Realização da avaliação patrimonial	7.c	-	-	-	(5.958)	5.958	-	-	-
Declaração de dividendos ocorrida no exercício	7.d	-	-	(65.174)	-	-	(65.174)	-	(65.174)
Declaração de dividendos intermediários	7.d	-	-	-	-	(46.381)	(46.381)	-	(46.381)
Lucro líquido do exercício	7.b	_	-	_	-	133.706	133.706	_	133.706
Constituição de reserva legal	7.d	-	6.685	-	-	(6.685)	-	-	-
Reserva de dividendos complementares	7.d	-	-	86.598	-	(86.598)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	99.600	16.874	86.598	159.253	-	362.325	-	362.325

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		133.706	48.019
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação			
do lucro líquido com o fluxo de caixa			
Resultado de equivalência patrimonial	5	(133.755)	(48.021)
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		(1.056)	-
Impostos a recuperar		13	(11)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(8)	(9)
Impostos e contribuições a recolher		-	1_
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.100)	(21)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		94.325	33.743
(Aumento) redução de capital em empresas investidas	5	3.290	7.840
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados	11	-	(12.500)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		97.615	29.083
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	12.500
Dividendos pagos		(96.668)	(41.558)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(96.668)	(29.058)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		(153)	4
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		279	275
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		126	279
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		(153)	4
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		-	1
Valores pagos de CS:		-	1
. •			

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE ("COINCE" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a participação no capital de outras sociedades, na qualidade de sócia quotista ou acionista, e têm como controladas do ramo energético, as empresas Serra Negra Energética S.A. ("Serra Negra"), Caçador Energética S.A. ("Caçador"), Linha Emília Energética S.A. ("Linha Emília") e Cotiporã Energética S.A. ("Cotiporã").

Em 08 de janeiro de 2003, foi constituída a Sociedade sob a denominação de Eirunepé Participações Ltda., com capital social de R\$ 120 (cento e vinte reais).

Em 22 de fevereiro de 2006, os sócios aprovaram a transformação da forma jurídica da Sociedade de limitada para sociedade anônima e alteraram sua razão social para Commodus Participações S.A., mantendo sua composição societária.

Em 30 de agosto de 2006, foi aprovada nova alteração da denominação social para Companhia Canadense de Investimentos em Energia S.A.

Em 31 de agosto de 2006, a Sociedade iniciou suas operações por meio do aumento de capital efetuado pela nova acionista Brookfield Energia Renovável S.A., mediante cessão e transferência, a valor contábil, de todos os direitos detidos sobre as ações das empresas Serra Negra, Energética Ponte Alta S.A. ("Ponte Alta"), Caçador, Linha Emília e Cotiporã.

Em 1° de dezembro de 2011, a Sociedade alienou à Brookfield Energia Renovável S.A. a totalidade das ações que detinha no capital social da Ponte Alta, conforme Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, entre elas celebrado naquela data.

As empresas controladas atuam no segmento de geração de energia por meio de fontes alternativas no âmbito do PROINFA, conforme Lei n° 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei n° 10.762, de 11 de novembro de 2003, regulamentada pelo Decreto n° 5.025, de 30 de março de 2004, para a construção, a implantação e a exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As controladas da Sociedade detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), na forma de produtores independentes:

РСН	Potência em MW	Nº da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Piranhas	18,0	345/1999	Dez/2029	Piranhas - GO
Caçador	22,5	449/2000	Jun/2030	Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS
Cotiporã	19,5	452/2000	Jun/2030	Cotiporã - RS
Linha Emília	19,5	448/2000	Jun/2030	Dois Lajeados - RS
Total	79,5	_		•

A PCH Piranhas, pertencente à controlada Serra Negra, foi constituída em 31 de março de 2005 e entrou em operação em 8 de dezembro de 2006.

A PCH Caçador foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 31 de outubro de 2008.

A PCH Cotiporã foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 23 de dezembro de 2008.

A PCH Linha Emília foi constituída em 1º de junho de 2001 e entrou em operação em 31 de janeiro de 2009.

O período de autorização das PCHs é de 30 anos, contados a partir da data de publicação da Resolução ANEEL de cada uma, podendo ser prorrogado, por igual período, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

As controladas da Sociedade possuem contrato de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

		Datas do contrato			
Empresa	Clientes	Início	Vencimento		
Serra Negra	Eletrobrás (*)	30/09/2006	29/09/2026		
Caçador	Eletrobrás (*)	20/10/2008	19/10/2028		
Cotiporã	Eletrobrás (*)	23/12/2008	29/09/2028		
Linha Emília	Eletrobrás (*)	20/06/2009	19/06/2029		

^(*) Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia mencionados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária ("Lei n° 6.404/76"), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n° 11.638, de 28 de dezembro de 2007 ("Lei n° 11.638/07"), e pela Lei n° 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei n° 11.941/09"), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

A consolidação das demonstrações financeiras será apresentada na investidora nível acima da Sociedade, Brookfield Energia Renovável S.A., a qual detém 100% da Sociedade.

Conforme CPC 36 (R3), a controladora pode deixar de apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, somente se todas as condições a seguir forem cumpridas, além do permitido legalmente:

- (a) a controladora é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito de voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas pela controlada;
- (b) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais da controladora não são negociados publicamente;
- (c) a controladora não arquivou e não está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto a CVM ou outro órgão regulador, visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumentos no mercado de capitais; e
- (d) a controladora final ou qualquer controladora intermediária da controladora, disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas e em conformidade com os Pronunciamentos do CPC.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade atende todas as condições acima descritas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

b.1) Ativos financeiros--Continuação

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e dividendos a receber.

b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são o contas a pagar e dividendos a pagar.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) <u>Transações com partes relacionadas</u>

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

d) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

e) Investimentos

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial (Nota 5), cujos investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma coligada ou controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido nessa entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Investimentos--Continuação

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1 (R1), como um único ativo, através da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1 (R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma coligada ou controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

f) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Novos pronunciamentos contábeis

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1° de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade. Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados, taxa de imposto e assim por diante). A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais "provável que sim" de sustentação nas esferas judiciais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	25	97
Aplicações financeiras	101	182
Total	126	279

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2019	2018
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	101	182
			101	182

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	2019	2018
Contas a receber – partes relacionadas	1.056	-
<u> </u>	1.056	
A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:		
	2019	2018
Saldo vencido de 91 a 180 dias	1.056	-
Total	1.056	-

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento

A movimentação dos saldos está demonstrada a seguir:

	Particiņ sobre o ca		Patrim Iíqui		Lucı do exe	-	Valor investin		Equivale patrime	
Controladas	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Serra Negra Energética S.A.	70,00%	70,00%	67.649	64.512	31.797	14.105	47.354	45.159	22.258	9.873
Caçador Energética S.A.	100,00%	100,00%	104.517	102.685	38.793	13.583	104.517	102.685	38.793	13.583
Cotiporã Energética S.A.	100,00%	100,00%	100.687	91.340	36.203	11.818	100.687	91.340	36.203	11.818
Linha Emília Energética S.A.	100,00%	100,00%	101.113	87.833	36.501	12.747	101.113	87.833	36.501	12.747
Total			373.966	346.370	143.294	52.253	353.671	327.017	133.755	48.021

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Aumento (redução) de capital	Declaração de dividendos	Saldo em 2019
Serra Negra Energética S.A.	45.159	22.258	(3.290)	(16.773)	47.354
Caçador Energética S.A.	102.685	38.793	-	(36.961)	104.517
Cotiporã Energética S.A.	91.340	36.203	5.500	(32.356)	100.687
Linha Emília Energética S.A.	87.833	36.501	7.000	(30.221)	101.113
Total	327.017	133.755	9.210	(116.311)	353.671

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimento--continuação

	Saldo em	Equivalência	Redução	Declaração de	Saldo em
Controladas	2017	patrimonial	de capital	dividendos	2018
Serra Negra Energética S.A.	54.263	9.873	(7.840)	(11.137)	45.159
Caçador Energética S.A.	98.139	13.583	-	(9.037)	102.685
Cotiporã Energética S.A.	86.384	11.818	-	(6.862)	91.340
Linha Emília Energética S.A.	83.670	12.747	-	(8.584)	87.833
Total	322.456	48.021	(7.840)	(35.620)	327.017

Principais informações sobre as empresas controladas

	2019						2018		
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio Iíquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio Iíquido	Recursos destinados a aumento de capital	Lucro do exercício
Serra Negra Energética S.A.	77.848	10.199	67.649	31.797	75.575	11.063	64.512	_	14.105
Caçador Energética S.A.	117.057	12.540	104.517	38.793	117.322	14.637	102.685	-	13.583
Cotiporã Energética S.A.	110.351	9.664	100.687	36.203	111.155	14.315	91.340	5.500	11.818
Linha Emília Energética S.A.	111.918	10.805	101.113	36.501	111.518	16.685	87.833	7.000	12.747

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existem ações judiciais de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, com base no parecer de seus assessores jurídicos, classificadas como perda provável, que impliquem registro de provisões ou divulgação, bem como classificadas como perda possível e montante mensurável, que impliquem em divulgação em nota explicativa.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 99.600 (em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 87.100), dividido em 91.063.670 (noventa e um milhões, sessenta e três mil, seiscentos e setenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 03 de junho de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, aumentaram o capital da Sociedade em R\$ 12.500, com a emissão de 3.342.246 ações ordinárias, mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital.

b) Reservas de lucros

b.1) Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) Reserva de retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Conforme previsto no artigo 202, §§ 4° e 5° da Lei n° 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucros--Continuação

b.2) Reserva de retenção de lucros--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de reservas de lucros é superior ao capital social e, portanto, esse excesso precisa ser deliberado em Assembleia Geral Ordinária através da distribuição de dividendos complementares ou pelo aumento de capital.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas da Sociedade, realizada em 1° de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 (para a controlada Linha Emília) em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado for depreciado.

d) <u>Dividendos</u>

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações. O valor de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019 perfaz R\$13.267.

Em 18 de outubro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos intermediários referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2019 no valor de R\$ 46.381 (R\$ 509,32 por lote de mil ações).

Em 25 de março de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 48.836 (R\$ 556,72 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 10 de janeiro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 16.338 (R\$ 186,25 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 12 de dezembro de 2018 e 20 de dezembro de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, realizada nesta data, cancelaram parcialmente a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 13.000 (R\$ 148,20 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Patrimônio líquido--Continuação

d) <u>Dividendos</u>--Continuação

Em 19 de abril de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 40.621 (R\$ 463,07 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 16 de março de 2018, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 4.158 (R\$ 47,40 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

8. Divulgação das despesas por natureza

	2019	2018
Despesas gerais e administrativas		
Serviços de terceiros	18	16
Promoção e publicidade	36	36
Outros	1	-
Total das despesas gerais e administrativas	55	52
	·	

9. Resultado financeiro

	2019	2018
Receitas financeiras Rendimento de aplicações financeiras	10	63
Total	10	63
Despesas financeiras Imposto sobre operações financeiras	4	13
Total	4	13

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social calculados com base nas alíquotas nominais em relação aos valores contabilizados, como demonstrados a seguir:

	2019	2018
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	133.706	48.019
% do imposto (*)	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social às respectivas alíquotas (*)	(45.460)	(16.326)
Equivalência patrimonial Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	45.476 (16)	16.327 (1)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-

^(*) A aplicação das alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9%, para contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possuía um saldo total de imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa acumulados, no montante de R\$ 13.125 (em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 13.110). O total do prejuízo fiscal da Sociedade em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 38.604 (em 31 de dezembro de 2018 era R\$ 38.557).

Os créditos tributários diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa não foram registrados pelo fato da Sociedade não ter expectativa de apuração de lucros fiscais futuros para realização dos referidos créditos tributários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	Nota	2019	2018
Ativo			
Contas a receber			
Serra Negra Energética S.A.	(a)	1.056	-
		1.056	-
Dividendos a receber			_
Caçador Energética S.A.	(b)	11.210	3.396
Cotiporã Energética S.A.	(b)	8.446	2.807
Linha Emília Energética S.A.	(b)	8.463	3.027
Serra Negra Energética S.A.	(b)	5.565	2.468
		33.684	11.698
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)			
Cotiporã Energética S.A.	(c)	-	5.500
Linha Emília Energética S.A.	(c)	-	7.000
	'	-	12.500
<u>Passivo</u>			
Dividendos a pagar			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(d)	26.292	11.405
		26.292	11.405
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(e)	-	12.500
		-	12.500

⁽a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como serviços de administração, operação e manutenção e outros;

⁽b) Dividendos a receber das empresas controladas pela Sociedade;

⁽c) Adiantamento para futuro aumento de capital aportado em empresas investidas da Sociedade;

⁽d) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade;

⁽e) Adiantamento para futuro aumento de capital aportado pela controladora da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

		2019		2018		
		A valor justo			A valor justo	
	Custo	por meio de		Custo	por meio de	
Ativos financeiros	amortizado	resultado	Total	amortizado	resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	126	126	-	279	279
Contas a receber	1.056	-	1.056	_	-	-
Dividendos a receber	33.684	-	33.684	11.698	-	11.698
	34.740	126	34.866	11.698	279	11.977

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	-	8
Dividendos a pagar	26.292	11.405
	26.292	11.413

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

b) <u>Classificação dos instrumentos financeiros por categoria</u>--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

• Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	126	279

c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

12. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) Risco de taxa de juros

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

iv) Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (covenants financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

13. Eventos Subsequentes

Em janeiro de 2020 foram realizados pagamentos de dividendos, no montante de R\$5.500.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 06 de março de 2020.